

## Descrição do Problema

A situação dos Colégios de Ensino Especial da área metropolitana de Lisboa, que dão resposta aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e que detêm contrato de cooperação com o Ministério da Educação tem vindo a degradar-se ao longo dos anos essencialmente desde 2008, data em que a verba disponibilizada deixou de ser revista anualmente (Portaria em anexo).

Atualmente, a situação financeira destes colégios aponta para que esta única resposta educativa alternativa para cerca de 470 crianças com NEE, deixe de existir ainda no decorrer deste ano letivo, em alguns casos.

Assim, vimos expor a situação financeira da Sociedade de Reeducação Lda., detentora do Colégio Eduardo Claparède (CEC), que não tem sido exceção e tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, considerando ser nossa obrigação dar a conhecer a situação atual:

1. As suas receitas têm origem, maioritariamente, nas verbas decorrentes da assinatura anual do Contrato de Cooperação com o Ministério da Educação, que deste modo assegura a gratuidade de ensino aos alunos dos seis aos 18 anos.
2. O valor global desta última verba não depende desta instituição, já que o número de alunos depende dos encaminhamentos realizados pela DGEstE e o valor por aluno de Portaria do Ministério da Educação publicada em 2009, com efeitos a setembro de 2008.
3. Desde 2008, nos últimos 14 anos, que os valores das mensalidades estão congelados, não sendo atualizados desde então, apesar dos constantes avisos dos estabelecimentos de ensino especial junto do Ministério da Educação quanto à progressiva incapacidade financeira destas instituições e à dificuldade daí resultante, de assegurar a necessária qualidade de atendimento dos alunos.
4. Tentando manter essa qualidade, nos últimos cinco anos, esta entidade tem acumulado prejuízos, apenas sustentados pelas reservas constituídas ao longo de 70 anos de vida desta instituição.
5. No entanto e apesar dessa realidade, com esperança e motivação, todos os anos se enfrentava um novo ano letivo na expectativa de que, por fim, o Governo reconhecesse a necessidade de atualizar os valores das mensalidades destes colégios.
6. No final de julho último tomámos consciência de que, mais uma vez, não iria existir atualização dos valores das mensalidades.
7. Assim, gorada que foi a expectativa de aumento imediato dos valores das mensalidades, ou de um financiamento extraordinário, preveem-se resultados fortemente negativos no final do corrente ano de 2022, conduzindo, previsivelmente, esta Sociedade a uma situação de capital próprio negativo, o que obrigará à declaração da sua insolvência, com o conseqüente encerramento do colégio.
8. Nesta situação, foi equacionado o encerramento imediato do colégio, não se iniciando sequer o ano letivo.
9. No entanto, não querendo frustrar as expectativas de alunos e trabalhadores, com a convicção de que será mais favorável para os alunos assegurar a sua entrada normal no novo ano letivo, permitindo a preparação pela DGEstE da sua colocação noutros estabelecimentos de ensino de forma atempada e cuidada, bem como tendo em consideração a capacidade, para já ainda existente, de assegurar o pagamento aos trabalhadores e fornecedores, foi decidido iniciar o novo ano letivo e tentar manter o colégio em funcionamento durante o primeiro período escolar não reabrindo em 2023. Esta situação só será possível caso se verifiquem as condições necessárias ao normal funcionamento da Instituição, quer no que diz respeito ao número de funcionários que se mantenham, quer ao número de alunos, assegurando-se desse modo o valor mínimo de receitas mensais da entidade.

Foi solicitado a todos os trabalhadores um último esforço durante os próximos meses, apesar das condições particularmente adversas em que se irão encontrar, em prol dos alunos tentando continuar a assegurar o melhor atendimento possível, encontrando-lhes alternativas de colocação, conscientes de que a melhor opção para eles seria mante-los no ambiente que conhecem e onde têm o devido apoio e trabalho especializado necessário, que a integração no ensino publico global não permitiu alcançar.

Relembramos que todas estas crianças foram encaminhadas pelas Escolas de Ensino Publico Regular que já frequentaram, não só por falta de adaptação à mesma, mas também pela falta de recursos e de abrangência de áreas terapêuticas e também, por exemplo das atividades da vida diária tais como cozinhar, limpar, organizar, socializar etc., promovendo-se assim uma verdadeira inclusão social.

### **Descrição do Colégio Eduardo Claparède (CEC)**

Por favor, ver documento anexo.

### **Impacto nas crianças e nas famílias no caso de encerramento desta(s) escola(s)**

Esta seria uma realidade dramática para as crianças, para as famílias, para os profissionais da escola e, num futuro breve, para a sociedade, porque são jovens com necessidades especiais que, finalmente, depois de percursos muitas vezes traumáticos, encontraram estabilidade emocional. Conseguimos antecipar a tristeza, a angústia, a revolta, a regressão que esta, que seria a pior das exclusões, causaria em muitos destes jovens, para não dizer em todos eles.

Se nas outras escolas de educação especial, também elas com dificuldades, não há vaga para estas 80 crianças, isso significa que teriam apenas lugar nas escolas de ensino regular, de onde saíram por estas não terem capacidade para as acolher. Imaginem uma criança de 13 anos, colocada numa turma de 6º ano, sem conhecimentos de leitura e escrita adquiridos, com intervalos e mudanças de sala, muitas vezes a cada 50 minutos. Para além dessas incapacidades, a criança tem problemas de saúde mental (espectro do autismo, défice cognitivo, hiperatividade e défice de atenção, bipolaridade), comportamento disruptivo, dificuldades na alteração de rotinas, sensibilidade aos barulhos e às multidões, dificuldade em compreender instruções, dificuldade na transição entre salas e professores, sem uma figura de referência. Este é apenas um dos casos, entre estas 80 crianças, algumas das quais com dificuldades acrescidas de falta de autonomia para as necessidades mais básicas. Este é o atendimento especializado que temos no Colégio Eduardo Claparède e que não encontraremos noutra escola, sob pena de profundas regressões e danos emocionais, mentais e pedagógicos nestas crianças e consequentes efeitos nas famílias.

Como Pais sentimos que o CEC apresenta uma verdadeira capacidade de promoção e inclusão social que resultou em melhorias notórias e evolução nos nossos educandos! Aqui estabeleceram laços de amizade, companheirismo e disciplina que nunca conseguiram estabelecer na escola de ensino regular.

Também ao nível da saúde mental, esta foi a única escola onde mostraram vontade e disponibilidade para uma constante articulação com a equipa médica e terapêutica que acompanha os nossos educandos fora da escola, articulação esta tão necessária para um acompanhamento global harmonioso do seu desenvolvimento dentro e fora da escola.

De acordo com o Prof. Dr. Daniel Sampaio, num artigo de 2014 sobre Os colégios do Ensino Especial\*, nomeadamente o Colégio Eduardo Claparède, "sem o apoio do Ministério, está em risco a sobrevivência desta escola e de vários estabelecimentos de Ensino Especial. (...) esperamos que depressa se resolva este apoio essencial, sem o qual o Ensino Especial sofrerá danos irreparáveis. Educar é incluir e evitar a discriminação". Estamos em finais de 2022 e as dificuldades continuam.

Como Encarregados de Educação, reforçamos que esta(s) escola(s) é/são única(s) na resposta educativa devidamente adequada aos nossos filhos, onde são felizes e se sentem integrados, competindo de igual para igual. Sem estes colégios a funcionar todas as crianças que os frequentam

e os Encarregados de Educação ficam sem uma resposta que lhes dê segurança no desenvolvimento das suas capacidades cognitivas e sociais.

## **Ações desenvolvidas pelos Pais**

Temos comunicado via carta e email com várias Entidades e comunicação social, divulgando a situação através de família, amigos, redes sociais e online com a petição que criámos <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT113612>. Por vezes expondo a nossa situação familiar e particular para além do que achamos razoável, com o intuito de chamar a atenção para esta questão que tanto nos diz. Entendemos que se o não fizermos, estamos a descurar uma situação cujo mau desfecho terá um impacto enorme nas crianças, nas suas famílias e na comunidade.

Em anexo encontram cartas enviadas aos Deputados, ao Ministério da Educação e Ciência, Ministério das Finanças, Primeiro Ministro, Presidente da Assembleia da República e Presidente da República.

Podem também encontrar em anexo vários links para notícias e reportagens recentemente efetuadas por diversos órgãos de comunicação social.

A nossa petição (<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT113612>) continua online e tem já quase 6.000 assinaturas, em pouco mais de um mês. Foi entregue no Ministério da Educação e Ciência, conforme cópia em anexo com o carimbo de receção dos serviços do Ministério.

Aquando da sua criação (11 de setembro), foi pensado dirigir-se à Assembleia da República para que fosse apreciada pela Comissão Parlamentar competente. No entanto, devido a estarmos a pouco mais de um mês para o início da discussão do Orçamento de Estado de 2023, onde esperamos ver refletido o aumento da verba para as escolas de educação especial, de forma a evitar o encerramento do CEC, foi dirigida ao Ministério da Educação e Ciência de quem esperamos a devida apreciação.

Foi criado um canal no youtube (<https://youtube.com/channel/UC4h2OEZ1tbZZmIIHRUJEOQ>) com a recolha de testemunhos dos encarregados de educação, em forma de vídeo, acerca da importância do ensino especial e nomeadamente do CEC no desenvolvimento das nossas crianças e jovens.

Para o próximo dia 21 de outubro, 6ªfeira, entre as 19h e as 22h, está agendada uma vigília pelo CEC, à porta da Assembleia da República, que tem sido divulgada pelos mesmos canais através do seguinte link:

[https://www.facebook.com/events/469567455234290/?acontext=%7B%22event\\_action\\_history%22%3A%7B%22extra\\_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22unknown%22%2C%22surface%22%3A%22page%22%7D%2C%7B%22extra\\_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22surface%22%2C%22surface%22%3A%22permalink%22%7D%2C%7B%22extra\\_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22surface%22%2C%22surface%22%3A%22edit\\_dialog%22%7D%22ref\\_notif\\_type%22%3Anull%7D](https://www.facebook.com/events/469567455234290/?acontext=%7B%22event_action_history%22%3A%7B%22extra_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22unknown%22%2C%22surface%22%3A%22page%22%7D%2C%7B%22extra_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22surface%22%2C%22surface%22%3A%22permalink%22%7D%2C%7B%22extra_data%22%3A%22%22%2C%22mechanism%22%3A%22surface%22%2C%22surface%22%3A%22edit_dialog%22%7D%22ref_notif_type%22%3Anull%7D)

## **O que é necessário para resolver o problema**

Como medida urgente:

A Portaria 382/2009 deve ser revista e o novo valor da verba para as escolas de educação especial previsto no OE 2023, com efetividade a janeiro de 2023, evitando o sufoco financeiro e o eminente encerramento por falência destas escolas.

Como medidas para o futuro:

Revisão da regulamentação que define a relação entre o Estado e estas escolas, de forma a manter um serviço que se manifesta necessário.

## **Outras Considerações**

O valor anual de custo médio por aluno em Portugal até ao 9º ano, é de 10.800 euros, **900 euros** mensais.

<https://www.tsf.pt/portugal/sociedade/portugal-gasta-100-mil-euros-por-aluno-desde-que-entra-na-escola-ate-ao-9-ano-15219533.html>

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/75a5b3e9-en/index.html?itemId=/content/component/75a5b3e9-en>

No relatório de março de 2022 da OCDE

### **“Review of Inclusive Education in Portugal”**

É apontada, entre outras, uma falha que se considera muito grave:

“there is a substantial lack of clarity and coherence regarding the responsibilities for and administration of inclusion in education between different levels of governance. Specifically, there are inconsistencies regarding the decentralisation process and a lack of coordination between the different levels of the system. Some challenges remain as the process of decentralisation is rather slow and limiting. Furthermore, during the review team visits, actors on the ground were aware only to a limited extent of the existence of regional teams appointed by the MoE to support schools in the implementation of curricular autonomy and flexibility. The review team also observed some disconnect between schools and central education bodies. In this context, it is challenging to identify how accountability works between the different levels”

Trata-se de uma falha que nos dá a entender porque é que o sistema que prevê apoios educativos para crianças com NEE não funciona, o que revela um vasto trabalho a desenvolver.

Agradecendo desde já a vossa melhor atenção e sensibilidade para um assunto tão delicado, mantemos a esperança de que ainda possa existir uma solução urgente.